

# Prioridade ao Executivo

por Valério Fabris  
de Brasília

O senador Severo Gomes (PMDB/SP) sugeriu ontem, em entrevista a este jornal, que se procure abreviar a discussão em torno da compatibilização dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e do funcionamento ordinário do Congresso. Ele acha que a maneira mais simples de se resolver o problema seria as duas casas do Congresso votarem, ordinariamente, apenas mensagens do Executivo.

A Câmara, o Senado e as duas casas em sessão conjunta poderiam também apreciar projetos de lei de parlamentares, desde que contassem com a assinatura de 50% dos seus membros. Severo Gomes, que preside a Fundação Pedrosa



Severo Gomes

Horta (um centro de estudos do PMDB), considera muito arriscada uma abstinência na legislação ordinária ao longo de 1987, como propõe o ministro da Justiça, Paulo Brossard. "O

País poderá necessitar de leis em face de acontecimentos relevantes", argumentou o senador paulista.

O impasse em torno da legislação ordinária deve-se à presunção de que os constituintes estarão assoberbados em cumprir sua tarefa, sobretudo quando o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, estipula para 7 de setembro a promulgação da nova Constituição. Severo Gomes diz que uma boa ocasião para que as controvérsias sejam dirimidas é a reunião nacional do PMDB, marcada para 14 de janeiro, em Brasília. O partido teria, assim, de se posicionar em relação a outras questões pendentes, a exemplo do tempo de duração do mandato do presidente Sarney.